

Horários da PSP motivam queixa no Tribunal Europeu

Polícia. Agentes queixam-se de que trabalham horas a mais. Sindicato avança com acção no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

AMADEU ARAÚJO

João, agente principal na Esquadra da PSP na Baixa da Banheira, já não sabe o que é descansar. Dos dias de folga, seis horas do descanso são usadas a fazer operações *stop*. Manuel, agente principal na PSP de Vila Real, recusou incorporar a escala de remunerados, serviços de segurança que a PSP presta a organismos públicos e pelos quais cobra, e foi alvo de um processo disciplinar. Há ainda o caso dos agentes das divisões do Comando de Lisboa que apenas gozam folga no fim-de-semana de dois em dois meses. Um rol de situações que levam o Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol) a afirmar que "a PSP trata os seus profissionais como escravos" e a intentar uma acção no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

João conta que "os elementos que estão de folga estão a ser escalados para serem efectuadas seis

horas de serviço em operações *stop*". Trabalho em dia de folga que "engrossa a bolsa de horas para depois serem compensadas". Não sabemos quando", desabafa. Manuel, polícia colocado em Vila Real, recusou integrar a escala de

remunerados "no único fim-de-semana que tinha disponível para ver a família" e foi alvo de um processo disciplinar por ausência ilegítima ao serviço. Há ainda os agentes dos comandos de Aveiro, Braga, Faro e Setúbal que estão obrigados a prestar mais um turno de serviço, por semana.

Situações que "mostram que a PSP trata os seus profissionais como escravos", afirma o presidente do Sinapol, que se prepara para apresentar uma queixa no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem "por violação das mais elementares normas de trabalho, incluindo o direito ao descanso que está consagrado em todas as convenções".

A acção "será interposta pela Eurocop, a Federação Europeia dos Sindicatos de Polícia, para obrigar a que a PSP respeite o direito ao descanso dos seus homens", adianta Armando Ferreira. O sindicalista avisa que "a segurança pública não pode ser



MANUEL SALGADO ARAÚJO (1)

Polícias queixam-se de ter de fazer operações 'stop' nas folgas

garantida com atropelos aos direitos dos profissionais, que não são responsáveis pelo modelo pouco eficaz que a PSP utiliza na gestão dos recursos humanos". Armando Ferreira, que lembra que "os polícias são pessoas que têm família", alerta que "a redução do tempo de descanso provoca a redução do estado de vigília,

o que tem implicações no desempenho do trabalho".

Quanto à existência de uma bolsa de horas, o sindicalista afirma que "legalmente não existe mas alguns comandos dão a entender que sim, mas na prática serve de desculpa para arrumar as escalas à custa do descanso dos agentes".

